



**ESTADO DO PIAUÍ**  
*Assembleia Legislativa*  
*Gabinete Deputado Pablo Santos*

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 100, de 18 de maio de 2020.**

***“INSTITUI O PROGRAMA EMPRESA AMIGA DA  
SAÚDE NO ÂMBITO DO ESTADO DO PIAUÍ E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”***

**AUTORA: DEP. TERESA BRITTO**

**RELATOR: DEP. PABLO SANTOS (MDB)**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa da Ilustre Deputada Teresa Britto, que “Institui o Programa Empresa Amiga da Saúde”.

De acordo com o texto, a Deputada, pretende instituir um programa estadual com o intuito de estimular a contribuição gratuita de pessoas jurídicas de direito privado para a melhoria do Sistema de Saúde do Estado, através de doações de bens móveis e de realização de obras e serviços de conservação, manutenção e ampliação das unidades de saúde do Estado.

O referido Projeto tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça desta augusta Casa, que se manifestou pela aprovação do projeto.





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**  
**Gabinete Deputado Pablo Santos**

Na presente oportunidade, o projeto vem a esta Comissão de Administração pública, cabendo-nos, na qualidade de Relator, apreciá-la.

Examinando o Projeto passo a relatar:

## **II- VOTO**

À teor da pretensão legislativa em comento, percebe-se da leitura do seu texto, que a criação do programa “Empresa Amiga da Saúde” no âmbito do estado do Piauí, não propõe gerar qualquer despesa ou renúncia de receita ao ente estatal. Visa, especificamente, incentivar e possibilitar doações e contribuições voluntárias das empresas privadas para melhoria da saúde pública, sem qualquer aporte de recursos públicos, também, sem afastar do Estado, a responsabilidade obrigatória de prestar saúde aos administrados, conforme pressupõe o art. 196 da CRFB/88.

Esclareça-se, aliás, que a proposição sequer interfere na organização administrativa ou cria atribuições ao poder Executivo, a não ser permitir a divulgação dos atos. Com efeito, não impõe obrigatoriamente a aceitação por parte deste, das contribuições, das doações e das melhorias quando a ele forem ofertadas, tratando-se de ato discricionário do executivo estadual, preservando-lhe, o poder-dever de avaliar a conveniência e oportunidade no caso concreto.

Desta forma, a proposta sob análise, inquestionavelmente, proporciona melhorias na gestão pública, pois, trata-se de doações gratuitas e voluntárias, alheias aos tetos de gastos orçamentários do estado, o que reforça, sobremaneira, a estrutura operacional da administração e gestão da saúde pública.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legiferante da nobre colega Parlamentar, Dep. Teresa Britto, **manifesto-me favoravelmente à sua aprovação**, em razão do legítimo interesse público que enseja a presente proposição.





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**  
**Gabinete Deputado Pablo Santos**

**III – PARECER DA COMISSÃO**

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ( ☒ )

Pela rejeição ( ☐ )

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina, 30 de junho de 2021.

**DEP. PABLO SANTOS – MDB**

**RELATOR**

Dep. ZIZA CARVALHO

Dep. EVALDO GOMES

Dep. FCO LIMMA

Dep. SEVERO EULÁLIO

Dep. ZIZA CARVALHO

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, <u>07/07/21</u>
<u>B. S.A.</u>
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
<u>ADMINISTRAÇÃO</u>
<u>PÚBLICA</u>